

## **PELA LUTA CONTRA OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA TKCSA E DO COMPERJ**

O Estado do Rio de Janeiro vem passando por uma série de transformações socioambientais geradas pela implantação de grandes empreendimentos, principalmente voltados à geração de energia, à criação e ampliação de vias de transporte e à instalação de grandes complexos industriais. Esses projetos estão interligados e inseridos num contexto mais amplo de reorganização do capital não só na região sudeste ou no Brasil, mas na América Latina como um todo. Dentre esses empreendimentos, a Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ estão sendo viabilizados em conjunto com a implementação do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, uma obra que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana – IIRSA.

Em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro, está em implantação a TKCSA, um conglomerado industrial, siderúrgico e portuário que vem gerando profundos impactos sobre a pesca artesanal e sobre a saúde dos moradores locais. A FIOCRUZ emitiu relatório em que pesquisadores apontam que um pó contendo diversos componentes tóxicos, a “chuva de prata”, vem gerando sérios impactos sobre saúde humana na região. Este relatório chegou a gerar um processo judicial da TKCSA contra estes pesquisadores, que acabou sendo retirado por pressão da sociedade. Há ainda denúncias apontando a atuação conjunta de milícias da região com a TKCSA e de violação de direitos trabalhistas. Especialistas indicam que o empreendimento, associado com outros presentes e previstos para região, significará o fim da pesca artesanal na Baía de Sepetiba.

Em Itaboraí, região metropolitana do Rio de Janeiro, a PETROBRAS está viabilizando a construção do COMPERJ, que não estará limitada à fabricação de materiais de plástico, com perspectiva de desdobrar investimentos no setor de serviços de apoio e na construção civil. O COMPERJ, em sinergia com as demais atividades industriais e navais presentes na região, deve decretar o fim da pesca artesanal na Baía de Guanabara. Como alguns dos resultados, pescadores artesanais que denunciavam os impactos socioambientais do COMPERJ foram assassinados, outros continuam a ser ameaçados, e o chefe da APA Guapimirim, que vem negando autorização para o uso de um rio no interior da unidade de conservação pelo empreendimento, ameaçado de exoneração.

Considerando os profundos impactos socioambientais que estão sendo gerados por esses empreendimentos, a falta de transparência e de controle social nos processos de licenciamento e as denúncias de violação de direitos humanos, nós, servidores do IBAMA, ICMBio e MMA, reunidos no V Congresso da ASIBAMA Nacional, manifestamos nosso apoio à luta da Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara e da Associação de Pescadores e Aquicultores da Baía de Sepetiba e ao trabalho das equipes técnicas responsáveis pela gestão da APA Guapimirim e da ESEC Guanabara.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2012